



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO**

(Art. 48 do decreto municipal nº 1520 de 2024)

### **1. Informações Básicas**

**Órgão Demandante:** Secretaria de Assistência Social

**Responsável pela elaboração:** Diva Santos Lima

**Data:** 03/02/2026

### **2. Descrição da necessidade**

A necessidade da presente contratação decorre da obrigação do Município em assegurar condições mínimas de subsistência às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, especialmente no que se refere ao acesso regular à alimentação adequada. A insuficiência de renda, aliada a fatores como desemprego, informalidade e fragilidade dos vínculos sociais, compromete a capacidade dessas famílias de prover, de forma autônoma, suas necessidades básicas, configurando um problema social que demanda atuação direta do Poder Público.

Sob a perspectiva do interesse público, a garantia do acesso à alimentação representa medida essencial para a preservação da dignidade humana, para a proteção da saúde e para a redução dos riscos sociais enfrentados pela população mais vulnerável. A ausência de ações efetivas nesse sentido pode agravar situações de insegurança alimentar, ampliando desigualdades e impactando negativamente outros serviços públicos, como saúde e assistência social.

A atuação estatal nesse contexto não se limita ao atendimento emergencial, mas integra um conjunto de políticas públicas voltadas à promoção do bem-estar social e à prevenção de situações de maior vulnerabilidade. Assim, a contratação pretendida se justifica como instrumento necessário para viabilizar a implementação dessas políticas, garantindo que o Município disponha de meios adequados para atender, de forma organizada e eficiente, às demandas relacionadas à alimentação da população assistida.

Dessa forma, a contratação atende diretamente ao interesse público, ao permitir que a Administração cumpra seu papel institucional de proteção social, assegurando respostas concretas a um problema real e recorrente enfrentado por parcela significativa da população municipal.

### **3. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual**

O município ainda não tem plano de contratação anual (PCA) homologado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

#### **4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

A contratação deverá atender a requisitos que assegurem a regularidade do fornecimento, a qualidade dos produtos e a adequada execução do objeto, em consonância com o interesse público e com as normas aplicáveis. Os requisitos estabelecidos visam garantir que a solução a ser contratada seja capaz de atender, de forma eficiente e contínua, às necessidades relacionadas ao atendimento alimentar da população em situação de vulnerabilidade.

A empresa a ser contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, demonstrando aptidão para realizar o fornecimento conforme as condições, prazos e especificações que vierem a ser definidos. Deverá, ainda, observar integralmente a legislação sanitária, comercial e demais normas pertinentes, assegurando que os produtos fornecidos atendam aos padrões mínimos de qualidade, higiene e segurança alimentar.

Como requisito essencial, o fornecimento deverá ocorrer de maneira organizada e dentro dos prazos estabelecidos pela Administração, de modo a não comprometer a continuidade das ações socioassistenciais. A contratada deverá manter condições adequadas de armazenamento, transporte e manuseio dos produtos, preservando suas características e evitando qualquer risco à saúde dos beneficiários.

#### **5. Levantamento de Mercado**

No levantamento de mercado realizado para atendimento da demanda relacionada à garantia de alimentação às famílias em situação de vulnerabilidade social, foram analisadas as soluções disponíveis capazes de assegurar efetividade, controle administrativo e alinhamento às políticas públicas de assistência social desenvolvidas pelo Município. A análise considerou, especialmente, a capacidade de cada alternativa em atender de forma imediata e padronizada às necessidades básicas da população assistida, sem comprometer a correta aplicação dos recursos públicos.

Entre as alternativas identificadas, destaca-se a concessão de benefícios financeiros ou auxílios eventuais destinados à aquisição de alimentos no comércio local. Embora essa solução apresente certa flexibilidade ao beneficiário, sua adoção demanda mecanismos mais complexos de acompanhamento, controle e fiscalização por parte da Administração, a fim de garantir que os recursos sejam efetivamente utilizados para a finalidade alimentar. Ademais, essa modalidade não assegura, de forma uniforme, o atendimento das necessidades nutricionais mínimas das famílias, podendo resultar em disparidades no atendimento e fragilizar a efetividade da política pública pretendida.

Outra solução amplamente disponível no mercado consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de itens alimentícios organizados em forma de cestas básicas. Essa alternativa permite à Administração definir previamente os produtos que



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

compõem o benefício, estabelecendo critérios objetivos de qualidade, quantidade e adequação às necessidades básicas de alimentação. Com isso, assegura-se um atendimento mais equitativo às famílias beneficiárias, evitando variações que possam comprometer o caráter social da ação.

A aquisição dos itens alimentícios em forma de cestas básicas apresenta vantagens significativas sob o ponto de vista operacional, administrativo e social. Do ponto de vista operacional, concentra em um único fornecimento a logística de seleção, acondicionamento e entrega dos alimentos, reduzindo riscos de atrasos, falhas no atendimento e descontinuidade das ações socioassistenciais. Sob o aspecto administrativo, confere maior previsibilidade e controle sobre a execução do objeto, permitindo melhor planejamento orçamentário e fiscalização contratual.

Além disso, essa solução garante que os recursos públicos destinados à assistência social sejam aplicados diretamente na finalidade a que se propõem, assegurando que o benefício concedido se converta, de forma concreta e imediata, em alimentação às famílias em situação de vulnerabilidade. Tal característica reforça a transparência, a economicidade e a efetividade da atuação estatal, reduzindo riscos de desvio de finalidade e ampliando o alcance social da política pública.

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a contratação de empresa para o fornecimento de itens alimentícios organizados em cestas básicas se apresenta como a solução mais adequada para o atendimento da demanda identificada, por reunir padronização, eficiência administrativa, controle da aplicação dos recursos públicos e impacto social positivo, atendendo de forma direta e consistente ao interesse público e às finalidades institucionais do Município.

### **Descrição da solução como um todo**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de itens alimentícios organizados em forma de cestas básicas, destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelos serviços socioassistenciais do Município. A contratação visa assegurar a disponibilização regular e adequada de alimentos essenciais, como medida de proteção social básica e de enfrentamento à insegurança alimentar.

A solução contempla todas as etapas necessárias ao atendimento da demanda, incluindo a seleção dos produtos, o acondicionamento adequado, o transporte e a entrega conforme as orientações e cronograma definidos pela Administração. Caberá à contratada a responsabilidade pela observância dos padrões mínimos de qualidade, higiene e segurança alimentar, bem como pelo cumprimento dos prazos estabelecidos, garantindo que o atendimento ocorra de forma eficiente e contínua.

A execução da solução será realizada de maneira planejada e articulada com os órgãos responsáveis pela política de assistência social, permitindo que a distribuição das cestas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

básicas ocorra de forma organizada, conforme a demanda identificada e os critérios previamente estabelecidos. Essa integração assegura que o atendimento alcance efetivamente o público-alvo, respeitando os princípios da equidade e da dignidade da pessoa humana.

De forma global, a solução proposta busca aliar eficiência operacional, controle administrativo e impacto social positivo, possibilitando ao Município cumprir suas atribuições institucionais na área da assistência social. Ao centralizar o fornecimento em empresa especializada, a Administração reduz riscos operacionais, assegura a correta aplicação dos recursos públicos e garante respostas concretas e tempestivas às necessidades alimentares da população em situação de vulnerabilidade, atendendo plenamente ao interesse público.

## **6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida a partir de informações fornecidas pelos órgãos responsáveis pela política de assistência social do Município, considerando o número de famílias atualmente acompanhadas pelos serviços socioassistenciais e a previsão de atendimentos ao longo do período de execução da contratação.

Para a definição dessa estimativa, levou-se em conta o histórico de atendimentos realizados em exercícios anteriores, bem como a possibilidade de inclusão de novas famílias em situação de vulnerabilidade, em decorrência de fatores socioeconômicos supervenientes. Dessa forma, os quantitativos foram estabelecidos de maneira a permitir o atendimento adequado da demanda identificada, sem prejuízo da observância ao planejamento orçamentário e à racionalização dos recursos públicos.

Ressalta-se que as quantidades estimadas possuem caráter referencial, podendo ser ajustadas conforme a efetiva necessidade verificada durante a execução contratual, desde que observados os limites legais e contratuais. Essa metodologia confere maior flexibilidade à Administração, garantindo que o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade ocorra de forma eficiente e compatível com a realidade social do Município. Abaixo é apresentado o quadro com a estimativa de quantidades a serem adquiridas para atendimento da demanda levantada:

<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Quantidade</b>
01	Arroz tipo 1, embalagem de 5kg	500
02	Açúcar tipo 1, embalagem de 5kg	500
03	Feijão tipo 1, embalagem de 1kg	1000
04	Fubá tipo mimoso, embalagem de 1kg	1000
05	Macarrão Espaguete, embalagem de 500 gramas	1000
06	Sal refinado e iodado, embalagem de 1kg	500
07	Óleo de soja refinado, embalagem de 900ml	1000
08	Farinha de mandioca, embalagem de 1kg	500

**Rua Presidente Kennedy, nº 29, Centro, Nova União/MG – CEP 34.990-000**

**Fone: +55 31 3685-1363**

*obras@novauniao.mg.gov.br*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

09	Leite longa vida, embalagem de 1 litro	3000
10	Molho de tomate, embalagem de 340 gramas	1000
11	Biscoito maisena. Embalagem de 400 gramas	1000
12	Café torrado e moído, embalagem de 500 gramas	1000
13	Sardinha em conserva, embalagem 125 gramas	500

A solução contempla o fornecimento de **500 unidades de cestas básicas**, destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelos serviços socioassistenciais do Município. Cada cesta será composta por itens alimentícios essenciais, selecionados de modo a atender necessidades básicas de alimentação e a garantir equilíbrio mínimo na composição dos produtos.

A composição de cada cesta básica incluirá: 1 (uma) embalagem de arroz, 1 (uma) embalagem de açúcar, 2 (duas) embalagens de feijão, 2 (duas) embalagens de fubá, 2 (duas) embalagens de macarrão, 1 (uma) embalagem de sal, 2 (duas) embalagens de óleo, 1 (uma) embalagem de farinha de mandioca, 6 (seis) embalagens de leite, 2 (duas) embalagens de molho de tomate, 2 (duas) embalagens de biscoito maisena, 2 (duas) embalagens de café e 1 (uma) embalagem de sardinha.

A definição dessa composição visa assegurar padronização no atendimento, facilitar o controle e a fiscalização do fornecimento e garantir que os benefícios concedidos atendam, de forma objetiva, às necessidades alimentares das famílias beneficiárias, observando critérios de qualidade e adequação ao interesse público.

## **7. Estimativa do Valor da Contratação**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada a partir de pesquisa de preços realizada no **Portal de Compras Licitar Digital**, ambiente eletrônico amplamente utilizado por entes da Administração Pública para a realização de procedimentos de contratação, o que o torna uma fonte idônea e representativa para fins de levantamento de valores de mercado.

O portal reúne informações de contratações efetivamente realizadas, com registro de valores adjudicados em certames recentes, possibilitando à Administração o acesso a preços praticados em condições reais de mercado. Esse fator confere maior confiabilidade à pesquisa, uma vez que os valores analisados refletem negociações concretizadas, e não apenas cotações isoladas ou estimativas abstratas.

Para a composição da estimativa, foram selecionados procedimentos com características compatíveis ao objeto pretendido, observando-se aspectos como natureza do fornecimento, composição dos itens e condições gerais de contratação. A partir dos preços coletados, adotou-se o cálculo da média aritmética dos valores obtidos, metodologia que permite reduzir o impacto de variações pontuais e estabelecer um parâmetro equilibrado e condizente com a realidade praticada no mercado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

A utilização da média dos preços registrados no portal possibilita à Administração dispor de um valor de referência adequado para o planejamento da contratação, contribuindo para a definição de um orçamento estimado compatível com o mercado e alinhado aos princípios da economicidade, da eficiência e da razoabilidade. Assim, a estimativa do valor da contratação apresenta-se suficientemente fundamentada para subsidiar a continuidade do procedimento administrativo. Abaixo é apresentado um quadro com a média de preço levantada a partir das consultas realizadas no portal de compras da licitar digital, o relatório com as informações detalhadas serão anexadas no referido procedimento de contratação:

Item	Produto	Quant.	Valor unitário	Valor total
01	Arroz tipo 1, embalagem de 5kg	500	R\$ 22,86	R\$ 11.430,00
02	Açúcar tipo 1, embalagem de 5kg	500	R\$ 21,26	R\$ 10.630,00
03	Feijão tipo 1, embalagem de 1kg	1000	R\$ 6,59	R\$ 6.590,00
04	Fubá tipo mimoso, embalagem de 1kg	1000	R\$ 5,00	R\$ 5.000,00
05	Macarrão Espaguete, embalagem de 500 gramas	1000	R\$ 5,28	R\$ 5.280,00
06	Sal refinado e iodado, embalagem de 1kg	500	R\$ 2,59	R\$ 1.295,00
07	Óleo de soja refinado, embalagem de 900ml	1000	R\$ 8,71	R\$ 8.710,00
08	Farinha de mandioca, embalagem de 1kg	500	R\$ 7,62	R\$ 3.810,00
09	Leite longa vida, embalagem de 1 litro	3000	R\$ 6,53	R\$ 19.590,00
10	Molho de tomate, embalagem de 340 gramas	1000	R\$ 3,41	R\$ 3.410,00
11	Biscoito maisena. Embalagem de 400 gramas	1000	R\$ 6,27	R\$ 6.270,00
12	Café torrado e moído, embalagem de 500 gramas	1000	R\$ 32,90	R\$ 32.900,00
13	Sardinha em conserva, embalagem 125 gramas	500	R\$ 6,58	R\$ 3.290,00

Valor total estimado: **R\$ 118.205,00** (cento e dezoito mil e duzentos e cinco reais).

## **8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

A solução adotada não será parcelada, tendo em vista a natureza do objeto e a forma como se dará o atendimento da demanda. O fornecimento dos itens alimentícios organizados em cestas básicas constitui um conjunto único e integrado, cuja divisão





**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

poderia comprometer a padronização, a qualidade e a eficiência do atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade.

O parcelamento da solução poderia resultar em dificuldades operacionais, aumento da complexidade na gestão contratual e riscos de descontinuidade no fornecimento, fatores que impactariam negativamente a execução das ações socioassistenciais. Além disso, a contratação de um único fornecedor facilita o controle, a fiscalização e o acompanhamento da execução, assegurando maior uniformidade na composição e na qualidade das cestas entregues.

Dessa forma, a opção pela não fragmentação da solução mostra-se mais adequada ao interesse público, por garantir maior eficiência administrativa, melhor coordenação da execução contratual e atendimento mais efetivo às necessidades da população beneficiária.

## **9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

A presente contratação não possui contratações correlatas ou interdependentes que condicionem sua execução. O fornecimento dos itens alimentícios organizados em cestas básicas poderá ser realizado de forma autônoma, não dependendo da celebração de outros contratos ou da execução simultânea de serviços complementares por parte da Administração.

Ressalta-se que eventuais atividades internas relacionadas à organização, ao acompanhamento e à distribuição do benefício serão executadas pelos próprios setores responsáveis da Administração Municipal, no âmbito de suas atribuições regulares, não configurando vínculo contratual ou dependência operacional com outras contratações.

Dessa forma, a execução da contratação independe de ajustes paralelos, permitindo maior simplicidade na gestão contratual e assegurando a efetividade do atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social.

## **10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento da Administração Municipal, uma vez que está inserida no conjunto de ações voltadas à execução das políticas públicas de assistência social e ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade. A demanda foi identificada a partir do acompanhamento realizado pelos serviços socioassistenciais, integrando o planejamento das atividades desenvolvidas pelo Município.

A contratação está compatível com os instrumentos de planejamento e gestão vigentes, incluindo o planejamento orçamentário e as diretrizes estabelecidas para a área social, observando-se a previsão de recursos necessários para sua execução. Dessa forma, a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

iniciativa contribui para a organização das ações administrativas e para a adequada aplicação dos recursos públicos.

Além disso, a formalização da contratação por meio do devido planejamento permite maior previsibilidade na execução das atividades, evitando soluções improvisadas e assegurando a continuidade do atendimento à população assistida. Assim, evidencia-se o alinhamento da contratação com o planejamento institucional, reforçando o compromisso da Administração com a eficiência, a legalidade e o interesse público.

## **11. Resultados Pretendidos**

Com a realização da presente contratação, pretende-se assegurar o atendimento adequado das necessidades alimentares das famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelos serviços socioassistenciais do Município, contribuindo para a redução da insegurança alimentar e para a promoção da dignidade da população atendida.

Espera-se, ainda, garantir maior eficiência na execução das ações de assistência social, por meio de uma solução padronizada e organizada, que possibilite melhor planejamento, controle e acompanhamento do atendimento realizado. A contratação busca proporcionar resposta tempestiva às demandas identificadas, evitando descontinuidade nas ações e minimizando impactos sociais decorrentes da insuficiência de recursos para alimentação.

Como resultado adicional, pretende-se assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, com maior previsibilidade orçamentária, transparência na execução e efetividade da política pública implementada. Dessa forma, a contratação contribuirá para o fortalecimento das ações socioassistenciais do Município, promovendo impacto social positivo e alinhado ao interesse público.

## **12. Providências a serem Adotadas**

Para a execução da presente contratação, não se faz necessária a realização de alterações estruturais nos ambientes físicos da Administração Municipal, uma vez que o objeto contratado não demanda adequações específicas de infraestrutura para sua execução ou acompanhamento.

Da mesma forma, não se identifica a necessidade de capacitação específica dos servidores designados para a fiscalização do contrato, considerando que as atividades de acompanhamento e controle do fornecimento são compatíveis com as atribuições rotineiras dos servidores já atuantes na área administrativa e socioassistencial. A fiscalização consistirá, basicamente, na verificação do cumprimento das condições contratuais, dos prazos estabelecidos e da conformidade do fornecimento com as especificações definidas.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Assim, as providências a serem adotadas limitam-se à designação formal de servidor ou comissão responsável pela gestão e fiscalização do contrato, bem como ao acompanhamento regular da execução, não sendo exigidas medidas adicionais de caráter estrutural ou de capacitação para a adequada implementação da contratação.

### **13. Possíveis Impactos Ambientais**

A execução da presente contratação não apresenta impactos ambientais significativos, considerando que o objeto envolve o fornecimento de itens alimentícios destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de atividade de baixo potencial poluidor, não demandando processos produtivos ou operações que causem degradação ambiental direta no âmbito da execução contratual.

Eventuais impactos ambientais indiretos estão relacionados, principalmente, ao uso de embalagens para acondicionamento dos produtos e às atividades de transporte necessárias para a entrega. Tais impactos são considerados pontuais e de baixa magnitude, podendo ser mitigados mediante a adoção de práticas adequadas por parte da contratada, como o uso racional de materiais de embalagem e a observância das normas ambientais aplicáveis.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é ambientalmente viável, não exigindo medidas específicas de compensação ambiental, sem prejuízo da observância, pela empresa contratada, da legislação ambiental vigente e das boas práticas de sustentabilidade.

### **14. Declaração de Viabilidade**

A partir das análises desenvolvidas no presente Estudo Técnico Preliminar, constata-se que a contratação pretendida é plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, administrativo e orçamentário, apresentando aderência às necessidades identificadas e à capacidade de execução da Administração Municipal. A solução escolhida demonstra compatibilidade com a realidade local e com os meios disponíveis para sua implementação.

Sob o ponto de vista técnico e operacional, a solução proposta é amplamente utilizada no âmbito das políticas públicas de assistência social, apresentando baixo grau de complexidade na execução e permitindo controle efetivo por parte da Administração. A contratação de empresa especializada assegura a padronização do fornecimento, a observância dos critérios de qualidade e o atendimento tempestivo da demanda, reduzindo riscos operacionais e administrativos.

No aspecto administrativo e financeiro, a contratação revela-se adequada ao planejamento institucional e às previsões orçamentárias, possibilitando a correta aplicação dos recursos públicos com eficiência e economicidade. Não foram identificados fatores que indiquem risco elevado à execução contratual ou à



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

continuidade do atendimento, sendo o modelo proposto compatível com a estrutura administrativa existente.

Diante disso, conclui-se que a contratação atende de forma consistente ao interesse público, contribuindo para a efetividade das ações socioassistenciais e para a promoção da dignidade das famílias em situação de vulnerabilidade social. Assim, resta evidenciada a viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do procedimento administrativo para sua formalização, nos termos da legislação vigente.

**Elaborado por:**

Diva Santos Oliveira  
**Auxiliar De Tesouraria**

**Aprovado por:**

Jéssica Carvalho do Nascimento  
**Secretária de Assistência Social**